

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	25
1.1. Introdução	25
1.2. Vigência da Lei nº 11.343/06.....	26
1.2.1. Retroatividade benéfica	26
1.2.2. Combinação de leis para beneficiar o réu.....	26
1.3. Definição de drogas	28
1.3.1. Conceito legal	28
1.3.2. (In)constitucionalidade do conceito legal de drogas.....	29
1.3.3. Irretroatividade da norma complementar.....	29
1.4. Proibição geral às drogas e exceções	30
2. DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.....	35
2.1. Finalidades.....	35
2.2. Princípios	35
2.3. Objetivos	36
2.4. Organização	36
2.5. Da formulação das políticas sobre drogas	38
2.5.1. Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas	38
2.5.2. Dos conselhos de políticas sobre drogas.....	39
2.6. Do acompanhamento e da avaliação das políticas sobre drogas.....	39
3. DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS.....	41
3.1. Da prevenção	41
3.1.1. Das diretrizes	41

3.1.2.	Da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas.....	42
3.2.	Das atividades de prevenção, tratamento, acolhimento e de reinserção social e econômica de usuários ou dependentes de drogas	43
3.2.1.	Da educação na reinserção social e econômica	44
3.2.2.	Do tratamento do usuário ou dependente de drogas.....	44
3.2.2.1.	Da internação	44
3.2.3.	Do plano individual de atendimento.....	45
3.2.4.	Do acolhimento em comunidade terapêutica acolhedora.....	47
3.3.	Dos crimes e das penas	48
3.3.1.	Introdução	48
3.3.2.	Porte de drogas para consumo pessoal	48
3.3.2.1.	Tipificação legal	48
3.3.2.2.	Natureza jurídica	51
3.3.2.3.	Bem jurídico	52
3.3.2.4.	Sujeitos do crime.....	53
3.3.2.5.	Ação penal	53
3.3.2.6.	Reincidência	53
3.3.2.7.	Princípio da insignificância	55
3.3.2.8.	Da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas.....	56
3.3.2.9.	Critérios legais para determinar se a droga é para consumo pessoal.....	57
3.3.2.10.	Ônus da prova.....	59
3.3.2.11.	Posse de drogas ilícitas nas dependências de administração militar.....	59
3.3.2.12.	Detração analógica virtual	61
3.3.3.	Cultivo de drogas para consumo pessoal	62
3.3.3.1.	Tipificação legal	62
3.3.4.	Das penas.....	63
3.3.4.1.	Das possíveis penas	63
3.3.4.2.	Advertência.....	65
3.3.4.3.	Prestação de serviços à comunidade.....	65
3.3.4.4.	Conseqüências do descumprimento da pena	66
3.3.4.5.	Tratamento especializado	68
3.3.4.6.	Retroatividade benéfica	69
3.3.4.7.	Crimes de menor potencial ofensivo.....	69

3.3.4.8.	Competência do Jecrim	69
3.3.4.9.	Momento processual para aplicação da pena	70
3.3.4.10.	Prazo máximo das penas	71
3.3.4.11.	Prescrição	72
3.3.4.12.	Cabimento de <i>habeas corpus</i>	73
4.	DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	75
4.1.	Disposições gerais	75
4.1.1.	Da destruição de plantações ilícitas	75
4.1.2.	Expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas	76
4.2.	Dos crimes	77
4.2.1.	Tráfico de drogas (art. 33, <i>caput</i>)	78
4.2.1.1.	Tipificação legal	78
4.2.1.2.	Bem jurídico	81
4.2.1.3.	Sujeitos	82
4.2.1.4.	Prova pericial	82
4.2.1.5.	Princípio da insignificância	85
4.2.1.6.	Crime permanente	86
4.2.1.7.	Sanção penal	102
4.2.2.	Tráfico de matéria-prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas (art. 33, § 1º, inc. I)	103
4.2.2.1.	Tipificação legal	103
4.2.2.2.	Bem jurídico	104
4.2.2.3.	Sujeitos	104
4.2.2.4.	Prova pericial	104
4.2.2.5.	Sementes de plantas destinadas à preparação de droga	105
4.2.2.6.	Princípio da insignificância	106
4.2.2.7.	Sanção penal	107
4.2.3.	Cultivo de plantas para o tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. II)	107
4.2.3.1.	Tipificação legal	107
4.2.3.2.	Bem jurídico	108
4.2.3.3.	Sujeitos	108
4.2.3.4.	Prova pericial	108
4.2.3.5.	Sanção penal	109

4.2.4.	Utilização de local para fins de tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. III)	109
4.2.4.1.	Tipificação legal	109
4.2.4.2.	Bem jurídico	109
4.2.4.3.	Sujeitos	110
4.2.4.4.	Sanção penal.....	110
4.2.5.	Venda ou entrega de drogas, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas a agente policial disfarçado (art. 33, § 1º, inc. IV).....	110
4.2.5.1.	Tipificação legal	110
4.2.5.2.	Bem jurídico	112
4.2.5.3.	Sujeitos	112
4.2.5.4.	Sanção penal.....	112
4.2.6.	Participação no uso indevido de drogas (art. 33, § 2º)	112
4.2.6.1.	Tipificação legal	112
4.2.6.2.	Movimento da “marcha da maconha”	113
4.2.6.3.	Bem jurídico	114
4.2.6.4.	Sujeitos	114
4.2.6.5.	Sanção penal.....	114
4.2.7.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado (art. 33, § 3º)	115
4.2.7.1.	Tipificação legal	115
4.2.7.2.	Sanção penal.....	117
4.2.8.	Tráfico privilegiado – causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º)	118
4.2.8.1.	Tipificação legal	118
4.2.8.2.	Crime comum	128
4.2.8.3.	Substituição por penas restritivas de direitos.....	129
4.2.9.	Tráfico de maquinários para fabricação de drogas (art. 34)	131
4.2.9.1.	Tipificação legal	131
4.2.9.2.	Bem jurídico	134
4.2.9.3.	Objeto material	134
4.2.9.4.	Prova pericial	134
4.2.9.5.	Incidência da causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º) ...	135
4.2.9.6.	Sanção penal.....	135
4.2.10.	Associação para fins de tráfico e associação para financiamento ou custeio ao tráfico (art. 35)	135

4.2.10.1. Tipificação legal	135
4.2.10.2. Bem jurídico	139
4.2.10.3. Sujeitos	139
4.2.10.4. Sanção penal.....	139
4.2.11. Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas (art. 36)	139
4.2.11.1. Tipificação legal	139
4.2.11.2. Bem jurídico	141
4.2.11.3. Sujeitos	141
4.2.11.4. Sanção penal.....	141
4.2.12. Colaboração como informante (art. 37)	142
4.2.12.1. Tipificação legal	142
4.2.12.2. Bem jurídico	143
4.2.12.3. Sujeitos	143
4.2.12.4. Sanção penal.....	143
4.2.13. Prescrição ou ministração culposa de drogas (art. 38)	144
4.2.13.1. Tipificação legal	144
4.2.13.2. Bem jurídico	144
4.2.13.3. Sujeitos	145
4.2.13.4. Sanção penal.....	145
4.2.14. Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas (art. 39)	146
4.2.14.1. Tipificação legal	146
4.2.14.2. Bem jurídico	146
4.2.14.3. Sujeitos	147
4.2.14.4. Sanção penal.....	147
4.3. Das causas de aumento de pena.....	148
4.3.1. Hipóteses legais	148
4.3.2. Pluralidade de causas de aumento.....	149
4.3.3. Transnacionalidade do delito	150
4.3.4. Abuso de função pública, missão educação, poder familiar, guarda ou vigilância	151
4.3.5. Dependências ou imediações de locais onde haja facilidade de disseminação do consumo de drogas em virtude da maior concentração de pessoas	151

4.3.6.	Execução do crime com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva	158
4.3.7.	Tráfico entre os estados da federação ou entre estes e o Distrito Federal.....	158
4.3.8.	Envolvimento de criança ou adolescente ou de quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação	159
4.3.9.	Financiamento ou custeio da prática do crime	160
4.4.	Da colaboração premiada	161
4.4.1.	Previsão legal.....	161
4.4.2.	Colaboração premiada e delação premiada	163
4.4.3.	Colaboração premiada e confissão espontânea	163
4.4.4.	Valor probatório.....	164
4.4.5.	Colaboração premiada e acordo de colaboração premiada	169
4.4.6.	Competência para homologação	171
4.4.7.	Recurso contra decisão que recusa homologar	171
4.5.	Da fixação da pena privativa de liberdade.....	172
4.5.1.	Primeira fase.....	172
4.5.2.	Segunda fase.....	182
4.5.3.	Terceira fase.....	191
4.5.4.	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena	195
4.5.4.1.	Dos regimes prisionais	195
4.5.4.2.	Regime fechado	195
4.5.4.3.	Regime semiaberto	196
4.5.4.4.	Regime aberto.....	197
4.5.4.5.	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados.....	200
4.5.4.6.	Regime inicial do tráfico privilegiado	201
4.5.5.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	207
4.5.5.1.	Requisitos	207
4.5.5.2.	Da prestação pecuniária.....	208
4.5.5.3.	Da perda de bens e valores	209
4.5.5.4.	Da limitação de fim de semana	209
4.5.5.5.	Da prestação de serviços à comunidade.....	209
4.5.5.6.	Da interdição temporária de direitos	210
4.5.5.7.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	210

4.6.	Da fixação da pena de multa	215
4.6.1.	Critério legal.....	215
4.6.2.	A pena de multa e a extinção da punibilidade.....	216
4.7.	Das vedações	218
4.7.1.	Introdução	218
4.7.2.	Fiança e liberdade provisória.....	219
4.7.3.	Graça, anistia e indulto	221
4.7.3.1.	Anistia	222
4.7.3.2.	Graça	223
4.7.3.3.	Indulto.....	223
4.7.4.	Penas restritivas de direitos.....	223
4.7.5.	“Sursis”	224
4.8.	Da progressão de regime	225
4.8.1.	Introdução	225
4.8.2.	Requisito objetivo da progressão nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19	227
4.8.3.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07	227
4.8.4.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19	228
4.8.5.	Progressão especial	229
4.8.6.	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19.....	233
4.8.7.	Requisito objetivo da progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19.....	234
4.8.8.	Progressão para os crimes previstos na Lei de Drogas	242
4.8.9.	Da progressão por salto	243
4.8.10.	Progressão de regime para condenados por crimes com diversas frações	244
4.8.11.	Progressão nas condenações superiores a 40 anos	244
4.8.12.	Requisito subjetivo da progressão de regime	245
4.8.13.	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão	250
4.8.14.	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime	252
4.8.15.	Data-base para progressão ao regime aberto	253
4.8.16.	Data-base para progressão ao regime aberto a partir do último exame criminológico favorável.....	254
4.8.17.	Data-base para progressão a partir da falta grave	256

4.8.18. Data-base para progressão a partir da reabilitação da falta grave.....	256
4.8.19. Data-base para progressão a partir da soma/unificação das penas	257
4.8.20. Pagamento da multa penal como condição da progressão	257
4.8.21. Progressão de regime e preso estrangeiro	260
4.8.22. Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima	260
4.8.23. Gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir	262
4.9. Do livramento condicional.....	263
4.9.1. Introdução	263
4.9.2. O livramento condicional na Lei de Drogas.....	263
4.9.2.1. Requisitos	263
4.9.2.2. Livramento condicional e associação para fins de tráfico.....	273
4.9.2.3. Livramento condicional para os crimes dos artigos 33, §§ 2º, 3º, 4º, 38 e 39 da Lei de Drogas	273
4.9.2.4. Prazo para condenações superiores a 40 anos.....	275
4.10. Da inimputabilidade.....	276
4.10.1. Requisitos legais.....	276
4.10.2. Procedimento.....	277
4.11. Do procedimento penal	279
4.11.1. Dois possíveis ritos processuais	279
4.11.2. Do rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/95	280
4.11.2.1. Introdução	280
4.11.2.2. Flagrante e termo circunstanciado	280
4.11.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão	282
4.11.2.4. Composição civil e transação penal	282
4.11.2.5. Oferecimento de denúncia	287
4.11.2.6. Citação	288
4.11.2.7. Audiência de instrução e julgamento	288
4.11.2.8. Dos recursos.....	289
4.11.2.9. Resumo do rito.....	290
4.11.3. Rito da Lei de Drogas	291
4.11.3.1. Da prisão em flagrante	291
4.11.3.2. Flagrante preparado	294
4.11.3.3. Flagrante esperado	296
4.11.3.4. Da destruição das drogas	296

4.11.3.5. Análise judicial do auto de prisão em flagrante.....	297
4.11.3.6. Competência.....	317
4.11.3.7. Audiência de custódia	326
4.11.3.8. Conclusão do inquérito policial	333
4.11.3.9. Agente infiltrado	336
4.11.3.10. Ação controlada	337
4.11.3.11. Medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas.....	338
4.11.3.12. Manifestação do Ministério Público.....	340
4.11.3.13. Arquivamento do inquérito policial	340
4.11.3.14. Acordo de não persecução penal	341
4.11.3.15. Notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar.....	355
4.11.3.16. Diligências antes do juízo de admissibilidade da denúncia... ..	358
4.11.3.17. Rejeição da denúncia	358
4.11.3.18. Absolvição sumária	358
4.11.3.19. Recebimento da denúncia	359
4.11.3.20. Citação do réu.....	362
4.11.3.21. Suspensão condicional do processo	362
4.11.3.22. Audiência de instrução.....	368
4.11.3.23. Recolhimento à prisão para apelar	378
4.11.3.24. Resumo do rito.....	379
4.12. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	379
4.12.1. Da apreensão de bens.....	379
4.12.2. Da alienação de bens.....	382
4.12.3. Do uso provisório dos bens.....	384
4.12.4. Destinação final dos bens	384
5. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	389

PARTE II
MODELOS DE PETIÇÕES

1. ALEGAÇÕES FINAIS ESCRITAS	393
1.1. Absolvição – Tráfico e Associação – Dosimetria penal.....	393
1.2. Absolvição – Tráfico Privilegiado – Dosimetria penal.....	399

2. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	405
2.1. Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19	405
3. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	409
3.1. Tráfico privilegiado e regime inicial	409
4. APELAÇÃO.....	413
4.1. Absolvição – desclassificação para art. 28 – Dosimetria de pena – regime prisional – modelo 1	413
4.2. Absolvição – desclassificação para art. 28 – Dosimetria de pena – regime prisional – modelo 2	421
4.3. Absolvição – Dosimetria de pena – Regime inicial	428
4.4. Desclassificação para art. 28 – dosimetria de pena – regime inicial.....	436
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	443
5.1. Associação para fins de tráfico	443
6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	447
6.1. Acórdão omissivo quanto a tese de tráfico privilegiado	447
7. HABEAS CORPUS	449
7.1. STJ – Dosimetria penal – Tráfico privilegiado – Regime inicial	449
7.2. STJ – Erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado	456
7.3. TJ – Direito de recorrer em liberdade	459
7.4. TJ – prisão preventiva – pequena quantidade de drogas	463
7.5. TJ – Regime fechado sem fundamentação.....	466
7.6. TJ – Relaxamento flagrante (atipicidade) e liberdade provisória	470
7.7. TJ – Relaxamento flagrante (invasão domicílio) e liberdade provisória	473
8. MANIFESTAÇÕES ORAIS.....	479
8.1. Audiência de custódia.....	479
8.1.1. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 1	479
8.1.2. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 2	480
8.1.3. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 3	480
8.2. Audiência de instrução – debate	481
8.2.1. Absolvição por falta de provas e dosimetria penal.....	481
8.2.2. Nulidade por invasão de domicílio – Desclassificação para porte – Dosimetria penal.....	482

9. PETIÇÕES DIVERSAS	485
9.1. Aplicação do hc 596.603 do STJ – regime fechado em tráfico privilegiado.....	485
9.2. Impugnação ao cálculo de penas – tráfico privilegiado é crime comum	490
9.3. Juntada de comprovante de pagamento de fiança	491
9.4. Juntada de procuração	492
9.5. Pedido de expedição de guia de recolhimento.....	493
9.6. Pedido de livramento condicional.....	494
9.7. Pedido de progressão de regime prisional.....	495
9.8. Pedido de retificação de cálculo de penas.....	496
9.9. Pedido de revogação de preventiva.....	498
9.10. Renúncia de mandato.....	499
10. RECLAMAÇÃO	501
10.1. Descumprimento do HC n° 596.603 Do Superior Tribunal de Justiça	501
11. RECURSO ESPECIAL	507
11.1. Tráfico privilegiado e regime inicial	507
12. RESPOSTA PRELIMINAR.....	513
12.1. Falta de justa causa e especificação de provas	513
13. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA.....	515
13.1. Restituição de aparelho de telefonia celular.....	515
14. REVISÃO CRIMINAL.....	517
14.1. Erro na dosimetria da pena.....	517
14.2. Atipicidade do artigo 34 da LD e erro na dosimetria da pena.....	522